

# Expansão turística em Pernambuco (BR): A persistência do empresariado local

MARCILIO LINS DE MEDEIROS BRITO \* [marciliomedeiros@gmail.com]

JENNY DANTAS BARBOSA \*\* [jennyufs@gmail.com]

SAMUEL COHN \*\*\* [s-cohn@neo.tamu.edu]

ALCIONE FONSECA RODRIGUES \*\*\*\* [alcione.fonseca@yahoo.com]

**Resumo** | O objetivo deste estudo é analisar a evolução da atividade turística no Nordeste do Brasil, com ênfase na expansão da hotelaria nas décadas de 1980 a 2000. A área física da pesquisa contemplou a cidade do Recife e o litoral sul de Pernambuco, no então denominado Projeto Costa Dourada, depois Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE-I). As informações foram coletadas através de fontes primárias e secundárias, e por meio de entrevistas. Dentre os resultados, destacam-se os seguintes: em Pernambuco, a escolha incorreta da área ocasionou o insucesso do Projeto. Em contraposição, o setor hoteleiro da Praia de Porto de Galinhas teve um crescimento significativo. A persistência do esforço dos empresários, a divulgação turística e viabilização de voos charters permitiram transformar aquela praia em um destino internacional.

**Palavras-chave** | Planejamento turístico, Participação pública, Hotelaria, Pernambuco, PRODETUR.

**Abstract** | The aim of this study is to analyze the evolution of tourism in Northeast Brazil, with emphasis on expansion of hotels from 1980 to 2000. The physical area of research included Recife, the capital, and the southern coast of Pernambuco, Brazil, in what was then called Project Gold Coast after the Tourism Development Program in the Northeast (PRODETUR/NE-I). Information was collected through primary and secondary sources and through interviews. Among the results, it is highlighted the following: in Pernambuco, the incorrect choice of the area caused the failure of the Project. In contrast, the hospitality industry from the beach of Porto de Galinhas has experienced significant growth. The dissemination and facilitation of tourist charter flights allowed to turn it into an international beach destination.

**Keywords** | Tourism planning, Stakeholders, Hospitality, Pernambuco, PRODETUR.

\* **Mestre em Administração** pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). **Doutorando** do Programa Doutoral em Turismo da Universidade de Aveiro. Bolsista da CAPES – Proc. nº 0741-13-2.

\*\* **Doutora em Dirección y Estrategia Empresarial** pela Universidad Complutense de Madrid. **Professora Associada** da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil.

\*\*\* **Doutor em Sociologia** pela Universidade de Michigan (EUA). **Professor Associado** da Texas A&M University (EUA).

\*\*\*\* **Doutora em Dirección y Estrategia Empresarial** pela Universidad Complutense de Madrid (Espanha). **Professora Adjunta** da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil.

## 1. Introdução

O caso do desenvolvimento do turismo em Pernambuco, Nordeste do Brasil, é particular. Em um sentido geral, a história de Pernambuco é similar à de Alagoas. Os dois Estados vivenciaram queda no ranking de importância turística de suas capitais e um aumento da relevância de novas regiões em seus litorais. Em Alagoas, especificamente Maceió, seu antigo centro de lazer perdeu visitantes; em Pernambuco, foi Recife que declinou. Os dois Estados são similares em possuir capitais com problemas ambientais que reduziram o movimento de turistas nestas cidades. Para os dois estados, o polo turístico criado foi denominado Costa Dourada, área do litoral que liga o sul de Pernambuco ao norte de Alagoas.

O processo pelo qual o turismo foi estimulado no litoral alagoano foi completamente diferente daquele do litoral pernambucano. Em Alagoas, a chave foi o planejamento público e investimentos realizados em infraestrutura. Em Pernambuco, o planejamento turístico foi praticamente inexistente. Apesar da ocorrência de investimentos em infraestrutura, as localizações foram mal escolhidas e irrelevantes para o desenvolvimento do turismo. Houve um aumento substancial de emprego no ramo de alojamento, mas esses resultados foram decorrentes de ações de investidores no setor privado, compensando as fraquezas do planejamento público – e não as ações do governo por si.

Este artigo trata da história do caso do turismo em Pernambuco, da transição do centro da vitalidade do setor do Recife para Porto das Galinhas e das ações do empresariado independentemente dos governos federal e estadual em prover este novo dinamismo.

Assim, este estudo visa o entendimento da evolução da atividade turística em Pernambuco, com ênfase na expansão da hotelaria, buscando analisar de que forma as políticas públicas e as iniciativas privadas influenciaram e definiram o surgimento dos meios de hospedagem e os desdobramentos dessas ações na geração de emprego no período de 1981-2000.

Na primeira parte, apresenta-se a revisão da literatura no que tange ao planejamento do turismo. Na segunda e terceira partes, são mostrados os principais acontecimentos que marcaram o início da atividade turística e antecederam o surgimento do Projeto Costa Dourada e um relato da evolução da rede hoteleira no Estado de Pernambuco, principalmente no Recife e em Porto de Galinhas, litoral sul do estado.

Relata-se, na quarta parte, a concepção do Projeto Costa Dourada, as motivações, as dificuldades e facilidades da ação governamental, a tentativa frustrada de formação da rede hoteleira naquele polo turístico e o aparecimento e repercussões do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE-I). E, por último, são expostas as considerações finais.

## 2. Planejamento do turismo e participação pública

Em muitos aspectos, o planejamento pode ser considerado como algo que caminha de mãos dadas com a política de turismo e, como na formação de políticas, o planejamento é um processo essencialmente político, cujos resultados podem ser um indicativo da predominância de interesses e valores de determinados *stakeholders* em detrimento de outros (Hall, 1996).

Gunn e Var (2002) entendem que, seja como for denominado ou descrito, o turismo não é apenas constituído por hotéis, companhias aéreas ou pela chamada indústria turística, mas é antes um sistema de grandes componentes ligados entre si numa relação íntima e interdependente. Para que o sistema turístico funcione satisfatoriamente, umas das principais contribuições dos governos é o planejamento adequado do turismo.

Uma grande tradição de planejamento do turismo, segundo Hall (2000), é na verdade uma forma de não-planejamento, a que ele chama de

'ufanismo'. Para essa visão ufanista, o turismo é benéfico para um destino e seus habitantes; recursos ambientais são promovidos como ativos a fim de estimular o interesse do mercado e aumentar os benefícios económicos, e as barreiras ao desenvolvimento são reduzidos.

Várias experiências mundiais demonstram os resultados danosos da ausência ou condução insatisfatória do planejamento e do gerenciamento turísticos, com a consequente ocorrência de impactos inesperados e indesejados. Algumas destinações turísticas tiveram que realizar um redesenvolvimento, o que demandou mais tempo e investimentos financeiros (WTO, 1994). Gunn (1988) destaca a importância do Estado no provimento de infraestrutura e na regulamentação de atividades privadas, devendo ser o planejamento uma ação integrativa, colaborativa e cooperativa por parte daqueles que decidem sobre os usos territoriais do turismo.

Governos buscam entender e mitigar os efeitos negativos culturais, sociais e ambientais do turismo, o uso pelo turismo de bens públicos e a natureza espacial do turismo que requer planejamento de uso do território (Kerr, 2003). Se o turismo consome território e a crescente importância do turismo é causa e consequência de sua ampliada necessidade de intervenção espacial (Cruz, 2000), o planejamento turístico desempenha papel fundamental nesse contexto, uma vez que as ações governamentais têm impactos diretos na transformação, organização e qualidade do espaço físico em qualquer destinação turística.

Convergente com esse ponto de vista, a Organização Mundial do Turismo (OMT) propõe uma abordagem integrada e abrangente do planejamento turístico, uma vez que reconhece não ser suficiente simplesmente construir acomodações e atrativos no mercado altamente competitivo da atualidade (WTO, 1997). Em vez de planejamento convencional, Gunn (1994) propõe o planejamento interativo que incorpora opiniões da comunidade local no processo de planejamento.

Atualmente, como é possível depreender, o planejamento turístico aponta para a perspectiva totali-

zante da sustentabilidade, englobando no debate os aspectos económicos, sociais, culturais e ambientais. Para Mathieson e Wall (1992, pp. 5-6), "os impactos transversais [do turismo] são o resultado direto da natureza interativa dos fenômenos económicos, ambientais e sociais. Interações entre componentes de cada um desses domínios de impactos induzem a promover mudanças que reverberam através do sistema, criando uma complexa ordem de fluxos de impactos".

Diante do exposto, a participação pública na tomada de decisões é agora um critério amplamente aceito de desenvolvimento sustentável (Healy, Rau & McDonagh, 2012). Para alcançar a efetiva participação pública nos processos de planejamento de turismo, os planejadores devem coletar corretamente e agir em evidências, opiniões e perspectivas de todas as partes interessadas ou afetadas, que estão totalmente envolvidos no processo de tomada de decisão, desde o início do processo de planejamento (Byrd, 2007). Muitos são os atores-chave ou *stakeholders* que podem ser incluídos no processo de planejamento: população local, organizações não governamentais (por exemplo, de defesa ambiental), associações profissionais e sindicatos (hoteleiros, guias de viagem, proprietários de restaurantes e bares), instituições educacionais que possuem cursos na área, ocupantes de cargos eletivos. Cada um desses atores traz um conjunto particular de necessidades, conhecimento e perspectivas para a mesa de decisão (WTO, 1997).

Convergente com a perspectiva que situa a participação como critério de desenvolvimento sustentável, os temas relacionados à sustentabilidade dominam grande parte dos estudos mais recentes sobre planejamento turístico e participação social, seja na forma de desenvolvimento sustentável (Simão & Partidário, 2012), de turismo sustentável (Wray, 2011), de aspectos relacionados aos *stakeholders* sob a perspectiva da participação (Simão & Partidário, 2012; Wray, 2011).

Nas investigações recentes, há a constatação de que há ausência ou baixa participação dos *stakeholders*, sobretudo da comunidade local (Ngubane &

Diab, 2005; Simão & Partidário, 2012; Wan & Li, 2013; Wegner, Lee & Weiler, 2010; Wray, 2011; Yang & Wall, 2009; Yuksel, Bramwell & Yuksel, 1999). Nesses casos, o planejamento é essencialmente um processo de cima para baixo, com uma abordagem de comunicação unidirecional e a comunidade tem dificuldades em aproveitar os benefícios decorrentes do turismo.

### 3. Genealogia do turismo em Pernambuco

A estrutura de gestão do turismo em Pernambuco começou a formar-se em 1967, com a criação da Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR) por meio da Lei nº 6.030, de 03 de novembro de 1967 (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 1967) e do Conselho de Turismo de Pernambuco (CONTUR), vinculados à Secretaria de Indústria e Comércio.

O surgimento da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), no ano anterior, impulsionou o aparecimento de órgãos oficiais de turismo nos estados brasileiros e Pernambuco adiantou-se na criação de sua estrutura de turismo. O Contur era um órgão de caráter normativo, voltado à definição da política de turismo e à definição dos municípios de interesse turístico, entre outras atribuições, e era presidida pelo governador, o que o tornava bastante sólido. Havia também órgãos de turismo formados em municípios como Caruaru, Garanhuns, Petrolina e Olinda, além da capital.

Para integrar a estrutura da empresa de turismo recém-criada, foi realizado concurso público no ano seguinte. Isso resultou na formação de um núcleo de técnicos que iniciaram um trabalho de compreensão do turismo no âmbito da realidade local. Além disso, realizaram o primeiro inventário dos atrativos turísticos, tanto da faixa litorânea quanto do interior do estado.

Essas iniciativas foram decisivas na tentativa de profissionalizar a atuação governamental e de montar um sistema de planejamento que possibilitasse

dar organicidade às ações setoriais. Desse trabalho, resultou um primeiro projeto turístico, denominado Caminhos do Sol, e a primeira ação de marketing, com a produção de folheteria, cujo slogan era "Agora é Tempo de Pernambuco", além de ações de conscientização da população quanto à importância do turismo como atividade econômica e realização de *famtours*. O Calendário Turístico de Pernambuco, em 1970, foi o primeiro documento desse tipo elaborado por um estado brasileiro (entrevistas, 2010).

Nesse ano, foi inaugurado o Centro de Hotelaria do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e, em 1975, começou a funcionar o primeiro curso de turismo da Região Nordeste, na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Em 1976, foi elaborado o primeiro Plano Pernambucano de Turismo (PLANPETUR), quando não havia ainda um plano nacional de turismo, que só surgiria no Governo Collor (1990-92), mas que sequer foi implementado.

O Centro de Convenções de Pernambuco (CECON) foi inaugurado em 1979 e era um dos maiores do país. Nesse ano, foi realizado, no Recife, o Congresso Brasileiro de Agências de Viagens (ABAV, 2008). Foram realizadas, por esse período, também naquela cidade as reuniões da *American Society of Travel Agents* (Asta) e da Confederação de Organizações Turísticas da América Latina (COTAL), além do *Brazil Travel Mart* (BTM) (entrevista, 2010).

A partir dos anos 1980, o turismo passa a consolidar-se como atividade econômica em Pernambuco, ao passo que se amplia a participação do setor terciário na economia local, antes baseada fundamentalmente na monocultura da cana-de-açúcar (Lima, Sicsú & Padilha, 2007). Os investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foram fundamentais nesse processo, uma vez que Pernambuco foi um dos Estados particularmente beneficiados.

Foram fundadas a Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo, a Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo, o Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de Pernambuco (SINDETUR/PE,

1988), a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL/PE, 1990) e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH/PE, 1990), entre outras associações de classe. No entanto, entre os anos de 1986 e início de 1990, o turismo praticamente ficou alijado em termos de políticas públicas e ação governamental para o setor (entrevistas, 2010).

#### 4. A hotelaria em Pernambuco

A hotelaria em Pernambuco consolidou-se a partir do início da década de 1990. Um importante agente financiador nesse processo foi a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que administrava os recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). O Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) também destinou parcelas significativas de recursos para a instalação de hotéis (Cruz, 2000).

A exemplo de outros Estados, há ainda hoje uma concentração espacial dos meios de hospedagem, com aproximadamente 70% dos 33.453 leitos localizados na Região Metropolitana do Recife (IBGE, 2011), principalmente na zona sul da capital, e alguns empreendimentos nos municípios de Olinda e Jaboatão dos Guararapes.

Com base em dados da ABIH/PE (2006), fecharam as portas, em cinco anos, 17 hotéis na Região Metropolitana do Recife, mas entre 2006 a 2009, houve recuperação da atividade turística e hoteleira (Guia Brasil Turismo, 2013). A hotelaria tem se mantido graças ao turismo de eventos, em parte pela existência da estrutura oferecida pelo Centro de Convenções de Pernambuco, pelo fato de Recife ser um dos principais centros médicos do Brasil, pela existência de um polo gastronômico plenamente consolidado e pelo avanço notável em tecnologia da informação, destacando-se o Porto Digital e o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR).

Para o turismo do tipo 'sol e mar', Recife perdeu espaço relativo em função da realidade de grande

metrópole possuidora de uma orla superurbanizada, com prédios construídos muito próximos à praia e de altura elevada, os quais fazem sombra, à tarde, no mar. Os ataques de tubarão verificados em trechos da orla também geraram desconfiança por parte dos turistas. Com isso, o perfil do turista vem mudando para um turista de eventos e negócios, o que permitiu que outros hotéis não fechassem as portas. Muitos turistas desembarcam no Recife, mas não permanecem na cidade, seguindo imediatamente para a Praia de Porto de Galinhas.

#### 5. O Projeto Costa Dourada, o PRODETUR/NE-I e a instalação de meios de hospedagem

O Projeto Costa Dourada foi uma iniciativa governamental que buscou criar uma área turística integrada, formada pelo Litoral Sul de Pernambuco e o Litoral Norte de Alagoas, de modo que fosse possível ao turista explorar toda essa faixa litorânea, partindo de qualquer uma das capitais dos dois Estados. Além da beleza natural do local, buscava-se explorar como diferencial as formações coralíneas, características desse trecho da costa brasileira.

Dois pontos de destaque desse roteiro articulado eram as praias de Porto de Galinhas, em Pernambuco, e Maragogi, em Alagoas, e suas piscinas naturais formadas por arrecifes. A primeira versão desse Projeto abrangia cerca de 140 quilômetros de extensão, ligando o Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, à praia de Barra de Santo Antônio, em Alagoas.

Em 1994, o Projeto foi revisto em Pernambuco, restringindo-se à instalação do Centro Turístico de Guadalupe e abrangendo os aproximadamente quinze quilômetros de extensão dos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré, perfazendo uma área de 8.803 hectares. Considerava-se que a área virgem de Guadalupe, somada à beleza natural, seria uma vantagem para a instalação de um grande complexo turístico no local.

Previa-se no Centro, além de meios de hospedagem, a instalação de setores de esportes e lazer, campos de golfe, complexo aquático, piers e setor comercial e de serviços. A acessibilidade seria garantida por duas vias de penetração (norte e sul) e duas vias litorâneas (Guadalupe e Carneiros) e construção de heliportos. A infraestrutura básica incluía a construção de adutoras, reservatórios e estações elevatórias, rede de esgotamento sanitário, eletrificação e iluminação pública e sistema de telecomunicações. (Governo do Estado de Pernambuco, s.d.).

Com o aparecimento do PRODETUR/NE-I, os recursos deste financiamento tomado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com interveniência do Banco do Nordeste (BNB) (EMBRATUR/SUDENE/BNB/CTI-NE, 1992), passaram a ser destinados à área do Projeto Costa Dourada em Pernambuco e, em menor escala, à revitalização do bairro do Recife, localizado na ilha onde a cidade começou a formar-se.

A principal dificuldade enfrentada pelo Projeto foi, segundo os entrevistados, a falha estratégica na escolha da área, que não atendeu às leis do mercado. Havia outras áreas do Litoral Sul reconhecidas como de potencialidade turística mais acentuada, como a Praia dos Carneiros, ou com atividade turística em expansão, mas carente de investimentos, a exemplo de Porto de Galinhas. Mesmo assim, o Governo Estadual optou por canalizar grande parte dos recursos do PRODETUR/NE-I para aquela região. Isso gerou um desgaste entre o governo do Estado e o setor privado, que sentiu não ter sido ouvido no processo de planejamento do turismo.

Para os entrevistados, o Projeto Costa Dourada foi uma ficção, pois não gerou nenhuma consequência prática para o desenvolvimento do turismo na localidade. Foram feitos diversos investimentos na Praia de Guadalupe, como a construção das vias litorâneas, heliporto, pier, saneamento básico da vila, buscando atrair meios de hospedagem, mas não houve a instalação de qualquer hotel na área. As obras realizadas ficaram sem qualquer uso e degradaram-se. Foram investimentos feitos “numa

hora e num local que não precisava e deixamos de fazer nos lugares que efetivamente precisavam” (entrevistas, 2006).

## 6. Desenho da pesquisa

Para a realização deste estudo, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: de que forma ocorreu a evolução da atividade turística e as ações dos empresários locais na hoteleira no litoral sul de Pernambuco/Brasil?

Para fazer frente a esse questionamento, adotou-se como estratégia de pesquisa o estudo de caso, indicado para investigações dessa natureza. Segundo Yin (2005), o estudo de caso entende que os fenômenos e suas variáveis são indissociáveis do contexto social em que estão inseridos.

Trata-se de pesquisa qualitativa e Patton (2002) afirma que esse tipo de pesquisa é um esforço para entender situações em sua singularidade, como parte de um contexto particular e suas interações. Yin (2005) sustenta que as principais fontes de informações associadas à pesquisa qualitativa são: documentação, registro em arquivos, entrevistas, observação participante e artefatos físicos.

A área física da pesquisa abrange o litoral que liga o sul do Estado de Pernambuco e a Microrregião de Suape, onde localiza-se a Praia de Porto de Galinhas. As informações foram coletadas através de fontes primárias e secundárias. A primeira etapa refere-se à pesquisa bibliográfica através da análise de documentos oficiais e visitas aos órgãos oficiais relacionados ao turismo no Estado de Pernambuco.

Foram feitas entrevistas em profundidade, técnica adequada quando a lógica passo a passo do fenômeno investigado não está clara (Merriam, 2002). A entrevista foi do tipo semiestruturada para que se pudesse garantir a característica indutiva da pesquisa, captando a percepção dos entrevistados sobre o fenômeno. A seleção desses entrevistados foi feita utilizando critérios como o da especialização na área

já que “a generalização, no sentido estatístico, não é o objetivo da pesquisa qualitativa”. Além disso, o entrevistado foi selecionado pelo critério de acessibilidade e por dispor das informações relevantes em relação à questão de turismo abordada.

As entrevistas foram realizadas em dezembro de 2010 com secretários, ex-secretários e técnicos dos órgãos estaduais e municipais de turismo, hoteleiros, associações de classe da hotelaria e professores universitários de turismo. Tais entrevistas aconteceram no Recife e em Porto de Galinhas, município de Ipojuca – PE.

Os dados obtidos foram analisados e conduzidos principalmente através de análise de conteúdo, procurando-se confrontar as informações provenientes dos diversos entrevistados. A partir da interpretação de todo o material empírico, foi feita contraposição ao repertório teórico selecionado. Após a categorização e interpretação das informações, foram feitas as inferências.

## 7. Expansão da atividade turística em Pernambuco

Porto de Galinhas foi o lugar de convergência espontânea de empresários de turismo e desenvolveu-se sob as leis do mercado, com a instalação, inicialmente, de pequenos meios de hospedagem, por meio da iniciativa privada que vislumbrava no local potencial adequado para tornar-se um polo turístico promissor. Os primeiros empreendimentos começaram a surgir na primeira metade da década de 1980.

A consolidação desse destino turístico deu-se na década de 1990, com o surgimento de empreendimentos maiores e mais bem estruturados. Em seguida, vieram os estrangeiros que compraram, construíram ou arrendaram meios de hospedagem, a exemplo de americanos, franceses e italianos. Com a criação do loteamento de Muro Alto, começaram a surgir os primeiros resorts. No caso do município

de Ipojuca, onde se localizam as praias de Porto de Galinhas, Muro Alto, Maracaípe e Cupe, o grande problema ainda são os investimentos em infraestrutura básica, que os governos não supriram.

Hoje, Porto de Galinhas detém cerca de 10% dos leitos do Estado. Em alguns casos, pessoas que antes trabalhavam no corte de cana-de-açúcar agora estão inseridas na atividade turística, o que mitigou um pouco os efeitos da crise sucroalcooleira naquela área, cujos efeitos foram marcantes na década de 1990. Houve um ganho qualitativo, com a capacitação da mão de obra local, tanto para os meios de hospedagem quanto para a população local, repercutindo, inclusive, na aquisição de novos hábitos, como no caso de práticas de higiene exigidas pelos empreendimentos.

Além disso, a instalação de novas indústrias na região e, com elas, a chegada de novos técnicos e profissionais, estimularam igualmente a instalação de novos hotéis e pousadas, o que repercutiu no crescimento do emprego no turismo. As indústrias foram atraídas pela existência do Porto de Suape, localizado entre os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho.

Outra iniciativa significativa foram os voos *charters*, uma vez que Pernambuco foi um dos primeiros Estados do Nordeste a se utilizar, a partir da década de 1980, dessa modalidade de transporte aéreo. A iniciativa da utilização dos *charters* foi motivada pela necessidade de melhorar o acesso do turista internacional ao destino Pernambuco, uma vez que não havia, e ainda hoje não há, uma malha aérea internacional que incluía o Estado.

Atualmente, tem havido um crescimento do turismo de eventos em Cabo de Santo Agostinho, no bojo do crescimento econômico geral daquela microrregião. As empresas necessitam realizar encontros profissionais e treinamentos, e alguns equipamentos hoteleiros oferecem espaços para a sua realização.

Porto de Galinhas e praias vizinhas apresentam um desenvolvimento turístico expressivo pela iniciativa privada, mas faltaram a conjugação de esforços

com o setor público, notadamente o estadual, e políticas de turismo de longo prazo que ultrapassassem os limites temporais do período correspondente a cada gestão dos governos.

Os entrevistados reconhecem que esforços têm sido feitos, mas que o Estado de Pernambuco tem se ressentido em termos de falhas na formulação de políticas públicas de longo prazo e da descontinuidade governamental. Em Pernambuco, houve o caso de falta de continuidade no trabalho da Empresa de Turismo de Pernambuco – Empetur, que entre os anos de 1967 a 1987 obteve resultados significativos, como a vinda dos primeiros voos *charters* para o Nordeste e a escolha de Pernambuco como principal cidade de instalação de hotéis na Região Nordeste (entrevistas, 2010). O fim desse ciclo deu-se com uma mudança de direcionamento no sentido do que os entrevistados consideram a exclusão declarada do turismo das prioridades governamentais e a reversão de um ciclo de crescimento da atividade turística que Pernambuco apresentava até meados dos anos 1980, quando passou a perder espaço para outros destinos turísticos da região.

Porto de Galinhas apresenta ainda problemas marcantes de infraestrutura, possibilidade de crescimento desordenado e sem sustentabilidade e ressentido-se da inadequação entre oferta e demanda. A proximidade com o Porto de Suape é preocupante. Além disso, a Refinaria do Nordeste (Rnest) ou Refinaria Abreu e Lima está sendo construída em Ipojuca. Essa ampliação das operações do Porto poderá atingir a área turística de Porto de Galinhas e Muro Alto, principais sedes dos *resorts* de Pernambuco.

## 8. Considerações finais

O início do turismo em Pernambuco foi marcado por ações estruturantes e vanguardistas. A montagem da estrutura organizacional para a gestão do turismo, a realização do inventário turístico, a realização de concurso público para formação de quadro

de pessoal técnico especializado demonstram uma preocupação racional de organizar a atividade.

Apesar de algumas iniciativas importantes na montagem da estrutura turística, a exemplo do Centro de Convenções de Pernambuco, considerado o melhor espaço para eventos no Nordeste, faltou atenção para obras de infraestrutura urbana no Recife, que não acompanharam a transformação da cidade em metrópole, como esgotamento sanitário, que já existiam desde a década de 1960. O processo de favelização descontrolada, o crescimento da violência na cidade e a urbanização acelerada vêm prejudicando a população local e o turismo.

O Estado vem perdendo espaço no mercado turístico regional e nacional. O planejamento setorial é falho e ainda há descontinuidade na ação governamental, que prejudicam o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Nas décadas de 1990 e início de 2000 houve estagnação e mesmo retração na oferta hoteleira. Hotéis vêm encerrando suas atividades e grupos hoteleiros deixaram de operar no Recife, a exemplo da rede de Hotéis Othon, que era tradicional na cidade. Observa-se, entretanto, recuperação da rede hoteleira a partir de meados dos anos 2000.

O Recife não conseguiu a internacionalização como destino turístico. Pretendendo ser o portão de entrada do Nordeste, a malha viária com o exterior é precária. A ideia de consolidar a reestruturação do bairro do Recife, principal alternativa para o turismo de lazer na cidade, sofreu descontinuidade e retrocesso. Contudo, o trabalho desenvolvido pelo Recife *Convention & Visitors Bureau* tem trazido resultados positivos, com o crescimento constante na realização de eventos.

O Projeto Costa Dourada foi uma tentativa mal sucedida, mesmo com os recursos do PRODETUR/NE-I canalizados para a sua complementação. O crescimento da hotelaria na região concretizou-se pela iniciativa privada em Porto de Galinhas, localizada próxima ao Centro Turístico de Guadalupe, mas os problemas de infraestrutura básica necessitam de robustos investimentos. Há um grande questionamento

em relação às razões que levaram o governo estadual a não investir em Porto de Galinhas e entorno, área com uma atividade turística consolidada e em expansão. Houve falta de participação dos *stakeholders* no processo de planejamento do turismo.

A proliferação de meios de hospedagem em Porto de Galinhas e, mais recentemente, da instalação de *resorts* e do crescimento das atividades do Porto de Suape, contribuíram decisivamente para o aumento notável do emprego na hotelaria. A união do empresariado que atua naquela praia, na divulgação turística e viabilização de voos *charters* permitiu transformá-la em um destino internacional.

No entanto, o crescimento desordenado e a expansão da área industrial de Suape são perigos a serem enfrentados para a manutenção de um ambiente ecologicamente equilibrado e, principalmente, para a sustentabilidade do destino.

Sabe-se que não se pode mudar o passado fazendo um novo começo, mas é possível recomeçar e fazer um novo fim. Conhecer a história é aprendizado fundamental para que se evite novos erros em relação às estratégias de turismo formuladas e implementadas de maneira isolada. Todos os envolvidos no processo, sejam governos, empresários, comunidade e órgãos de turismo, devem trabalhar juntos e privilegiar as questões ambientais e sociais, além dos aspectos econômicos, para melhor qualidade de vida da população local.

## Referências bibliográficas

- Associação Brasileira das Agências de Viagens [ABAV] (2008). *Congressos realizados*. Acedido em 27 de maio de 2008, em <http://www.abav.com.br/CongressosRealizados1.asp>
- Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Pernambuco [ABIH/PE] (2006). *Hotelaria em Pernambuco*. Recife: ABIH/PE.
- Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Pernambuco [ABRASEL/PE] (2008). *Histórico*. Acedido em 6 de junho de 2008, em <http://www.pe.abrasel.com.br/index.php/historico>
- Byrd, E. T. (2007). Stakeholders in sustainable tourism development and their roles: applying stakeholder theory to sustainable tourism development. *Tourism Review*, 62(2), 6-13.
- Cruz, R. C. (2000). *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto.
- Lei nº 6.030, de 03 de novembro de 1967. Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Companhia Editora de Pernambuco. Recife.
- EMBRATUR/SUDENE/BNB/CTI-NE (1992). *Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR*. Recife: Sudene.
- Governo do Estado de Pernambuco (s.d.). *Costa Dourada: Centro turístico de Guadalupe*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco.
- Guia Brasil Turismo (2010). *Pernambuco bom pra você 2010 será levado para doze cidades do Brasil e para Buenos Aires*. Acedido em 25 de junho de 2013, em [http://www.guiabrasilturismo.com.br/cobertura\\_informativo\\_exclusiva\\_br.asp?materia=1](http://www.guiabrasilturismo.com.br/cobertura_informativo_exclusiva_br.asp?materia=1)
- Gunn, C. A. (1988). *Tourism planning*. 2nd ed. New York: Taylor & Francis.
- Gunn, C. A. (1994). *Tourism planning: Basics, concepts, cases* (3rd ed.). Washington: Taylor & Francis.
- Gunn, C. A., & Var, T. (2002). *Tourism planning: Basics, concepts, cases* (4th ed.). New York: Routledge.
- Hall, C. M. (1996). *Tourism and politics: Policy, power and place*. Chichester: Wiley.
- Hall, C. M. (2000). *Tourism planning: Policies, processes and relationships*. Essex: Prentice Hall.
- Healy, N., Rau, H., & McDonagh, J. (2012). Collaborative tourism planning in Ireland: Tokenistic consultation and the politics of participation. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 14(4), 450-471.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], Ministério do Turismo, & Instituto Brasileiro de Turismo [EMBRATUR] (2011). *Pesquisa de serviços de hospedagem*. Brasília: IBGE/EMBRATUR.
- Kerr, W. (2003). *Tourism public policy and the strategic management of failure*. New York: Pergamon.
- Lima, J. P. R., Sicsú, A. B., & Padilha, M. F. F. G. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. *Revista Econômica do Nordeste*, 38(4), 525-541.
- Mathieson, A., & Wall, G. (1992). *Tourism: Economic, physical and social impacts*. London: Longman.
- Merriam, S. B., & Associates. (2002). *Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Ngubane, J. S., Diab, R. D. (2005): Engaging the local community in tourism development: a case study in Maputaland. *South African Geographical Journal*, 87(2), 115-122.
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research & evaluation methods*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Yang, L., & Wall, G. (2009). Ethnic tourism: A framework and an application. *Tourism Management*, 30, 559-570.
- Yuksel, F., Bramwell, B., & Yuksel, A. (1999). Stakeholder interviews and tourism planning at Pamukkale, Turkey. *Tourism Management*, 20, 351-360.
- Simão, J. Neto, & Partidário, M. R. (2012). How does tourism planning contribute to sustainable Development?. *Sustainable Development*, 20, 372-385.
- Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de Pernambuco [SINDETUR/PE] (2008). *Apresentação*. Acedido em 6 de junho de 2008, em <http://www.sindeturpe.com.br/apresentacao.asp>

- Wan, Y. K. P., & Li, X. (2013). Sustainability of tourism development in Macao, China. *International Journal of Tourism Research*, 15, 52-65.
- Wegner, A., Lee, D. & Weiler, B. (2010). Important 'ingredients' for successful tourism/protected area partnerships: partners' policy recommendations. *The Service Industries Journal*, 30(10), 1643-1650.
- World Tourism Organization (1994). *National and regional tourism planning: Methodologies and case studies*. London: WTO.
- World Tourism Organization (1997). *International tourism. A global perspective*. Madrid: WTO.
- Wray, M. (2011). Adopting and implementing a transactive approach to sustainable tourism planning: Translating theory into practice. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 605-627.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.